Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., na carreira geral de assistente técnico para exercício de funções na Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

1 — Fundamento e legislação aplicável — Em conformidade com o disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145 A/2011, de 6 de abril, a seguir designada por Portaria, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), Procedimento Concursal Comum para a ocupação, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, de 1 (um) posto de trabalho do Mapa de Pessoal do IPDI, da carreira e categoria de Assistente Técnico para o exercício de funções na Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

2 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa (a) Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Candidatos/as portadores/as de deficiência — Nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o/a candidato/a portador/a de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3.1 — Os/As candidatos/as portadores/as de deficiência devem declarar o requisito de admissão sob compromisso de honra, no respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do diploma supramencionado.

4 — Reserva de recrutamento — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 5.º da Portaria, declara-se não estar constituídas reservas de recrutamento próprias, tendo sido efetuada a consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCR), prevista no n.º 1 do artigo 41.º e seguintes, que declarou a inexistência de trabalhadores/as em reserva de recrutamento.

5 — Consulta Prévia — Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, regulamentado pela Portaria n.º 468/2014, de 3 de dezembro, foi solicitada ao INP, I. P., que declarou inexistirem trabalhadores/as em situação de requalificação com o perfil pretendido.

6 — Âmbito do recrutamento e requisitos de admissão:
   a) Ser detentor/a de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído;
   b) Os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º do Anexo à LTFP;
   c) Os/as candidatos/as devem reunir os requisitos até à data limite de apresentação das candidaturas.

7 — Não podem ser admitidos/as candidatos/as que, cumulativamente, se encontrem integrados/as na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IPDI identicos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

8 — No presente procedimento concursal não existe possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais.

9 — Local de trabalho — Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas, Cruz Quebrada.

10 — Caracterização do Posto de Trabalho:
   a) Unidade Orgânica: Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas do Centro Desportivo Nacional do Jamor;
   b) Atividades — Atividades de natureza administrativa, atendimento ao público, gestão de utentes através do software de gestão em vigor no CDNI, coleta de dados, aplicação de critérios de exclusão, outras tarefas definidas na área de atuação da DIAA e CDNI;
   c) Habilitações académicas exigidas: 12.º ano de escolaridade.

11 — Posição remuneratória: A posição remuneratória de referência é a 3.º posição, nível 8 da TRU, a que corresponde o montante de 837,60 €, sendo a determinação de outro posicionamento remuneratório, sempre que a posição remuneratória atual do(a) candidato/a for superior à remuneração de referência e observado o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

12 — Em cumprimento dos n.º 1 e 2 do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018), os/as candidatos/as detentores/as de vínculo de emprego público, informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública a que se candidatam, da posição remuneratória correspondente à remuneração auferida na sua categoria de origem.


14 — Formalização das candidaturas:
   b) Formalização A candidatura é dirigida ao Presidente do Conselho Diretivo, devendo ser devidamente identificado o número do Aviso do Diário da República ou o número da oferta da Bolsa de Emprego Público (BEP) do posto de trabalho a que se candidata, devendo ser entregue até ao termo do prazo;
   c) Entrega da candidatura: A candidatura pode ser entregue:
      a) Pessoalmente, nas instalações do IPDI, na Rua Rodrigo da Fonseca, 55, 1250-190 Lisboa, entre as 9:00 horas e as 17:00 horas;
      b) Por correio registado com aviso de recepção, dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do IPDI, para Rua Rodrigo da Fonseca, 55, 1250-190 Lisboa;
      c) Por correio eletrónico, dirigido a mjiao.teixeira@ipdi.pt devendo constar em «assunto» a identificação do procedimento a que se candidata, bem como anexar todos os documentos requeridos.

15 — Documentos a apresentar: O formulário de candidatura, a que alude a alínea a) do n.º 14, é obrigatório, sob pena de exclusão, e deve ser preenchido com letra legível, datado e assinado, sendo acompanhado da seguinte documentação:
   a) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;
   b) Fotocópias dos comprovativos das ações de formação frequentadas, nos últimos 5 anos, relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
   c) Curriculum profissional detalhado, datado e assinado;
   d) Declaração emitida e autenticada pelo serviço onde o/a candidato/a exerce funções, com data igual ou posterior à data do presente aviso, da qual conste a identificação das funções e atividades que executa;
   e) Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem do/a candidato/a, com data igual ou posterior à do presente aviso, que comprove inequívocamente:
      i) O vínculo de emprego público que detém;
      ii) A identificação da carreira e da categoria em que o/a candidato/a se encontra integrado/a;
      iii) A posição e o nível remuneratório em que se encontra posicionado/a, com indicação do respetivo valor;
      iv) O tempo de serviço na carreira e na Administração Pública;

16 — As falsas declarações prestadas pelos/as candidatos/as serão punidas nos termos da lei.

17 — O não preenchimento dos elementos relevantes do formulário por parte dos/as candidatos/as, é motivo de exclusão.

18 — Assistir ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato/a, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações, bem como a exibição dos originais dos documentos apresentados.

19 — Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria, a não apresentação dos documentos anteriormente referidos determina a exclusão do/a candidato/a, caso a falta dos mesmos impossibilite a avaliação.

20 — Método de seleção Obrigatório — Considerando o caráter urgente do procedimento, o previsível número elevado de candidaturas e a necessidade premóntre de repor a capacidade de resposta do IPDI, I. P., no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, por grave carência de recursos humanos, desincentivada a oferta a qualquer candidato/a, caso a falta dos mesmos impossibilite a avaliação.
respeita o presente procedimento, o método de seleção obrigatório a utilizar é o seguinte:

a) Avaliação Curricular: em que serão considerados os elementos de maior relevância para o Posto de Trabalho a ocupar, designadamente:

i) A experiência profissional é valorizada com experiência com incidência sobre a execução de atividades atinentes ao posto de trabalho em causa. Só é contabilizado, como tempo de experiência profissional, o que se encontre devidamente comprovado;

ii) Habilitação académica, será ponderada a titularidade e grau detidos pelo/a candidato/a;

iii) A formação profissional relacionada com as exigências e as competências;

iv) A avaliação do desempenho dos últimos biênios;

b) A Avaliação Curricular (AC) é aplicada a todos/as os/as candidatos/as, exceto se afixada por escrito pelo/a candidato/a, situação em que lhe será aplicado o método de seleção «Prova de Conhecimentos»;

c) A avaliação curricular é expresa numa escala de 0 a 20 valores, com valorização até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

21 — Método de seleção obrigatório complementar: A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) — de caráter público com a duração máxima de 20 minutos, visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre os/a entrevistador/a e o/a entrevistado/a, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

22 — A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os critérios classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20,16,12,8 e 4 valores.

23 — Método de seleção a aplicar aos/as candidatos que afastem o método de seleção obrigatório: Prova de Conhecimentos (PC).

a) A Prova de Conhecimentos, se aplicável, por iniciativa do/a candidato/a, revestirá a forma escrita classificada na escala de zero (0) a vinte (20) valores, considerando-se a valorização até às centésimas e será efetuada em suporte de papel. Visará avaliar os conhecimentos académicos e profissionais e as competências técnicas dos/as candidatos/as, necessárias ao exercício da função, sendo permitida a consulta de legislação e não sendo permitida a utilização de qualquer equipamento tecnológico, nomeadamente, ipod ou telemóvel.

b) Os/As candidatos/porados/as de deficiência que necessitem de utilizar equipamento tecnológico ou outro, deverão informar, por escrito, no ato de candidatura, qual ou quais os meios a utilizar ou necessários à normal realização da prova de conhecimentos.

24 — Conteúdos da Prova de Conhecimentos — Lei orgânica do Instituto Português do Desporto e Juventude (Decreto-Lei n.º 98/2011); Estatutos do Instituto Português do Desporto e Juventude (Portaria n.º 11/2012, de 11 de janeiro); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho); Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho; Código do Procedimento Administrativo.

25 — Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os/as candidatos/as que não comparem a qualquer um, ou que tenham obtido uma valorização inferior igual ou inferior a 4,990 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte.


27 — Os/as candidatos/as aprovados/as em cada método de seleção são convocados/as para a realização do método seguinte por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria, dando-se preferência à convocatória por correio eletrónico.

28 — Classificação final:

a) A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas, mediante a aplicação das seguintes fórmulas de acordo com a situação em causa:

\[
CF = (AC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)
\]

ou

\[
CF = (PC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)
\]

em que:

CF = Classificação Final;
AC = Avaliação Curricular;
PC = Prova de Conhecimentos;
EPS = Entrevista Profissional de Seleção.


30 — Lista unitária de ordenação final — A lista unitária de ordenação final dos/as candidatos/as aprovados/as é notificada no termo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria.

a) A lista unitária de ordenação final dos/as candidatos/as, após homologação do membro do Conselho Diretivo do IPDJ com competências delegadas para a prática do ato, é afixada em local visível e público das instalações do IPDJ; disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado em aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria.

31 — Atas — As atas do júri, das quais constam os parâmetros de avaliação e a ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valorização dos métodos, serão facultadas aos/as candidatos/as sempre que solicitadas.

32 — Candidatos/as excluídos/as — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria, os/as candidatos/as excluídos/as serão notificados, por uma das formas previstas no n.º 3 daquele preceito legal, para a realização da audiência de interessados.


34 — Composição do Júri:


Vogais Efetivos:

Maria João Mendes Teixeira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

Carlos Rebelo, Técnico Superior da Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas.

Vogais Suplentes:

Jorge Sena e Silva, Técnico Superior da Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas.

Mariana Domingas Silva, Coordenadora Técnica da Divisão de Instalações e Atividades Aquáticas.


4 de janeiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, Vítor Pataco.

312055921

Aviso n.º 2875/2019

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., na carreira geral de técnico superior para exercício de funções na Divisão de Recursos Humanos.

1 — Fundamento e legislação aplicável — Em conformidade com o disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introdutória pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a seguir designada de Portaria, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), Procedimento Concursal Comum para a ocupação, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, de 1 (um) posto de trabalho do Mapa de Pessoal do IPDJ, da carreira unicategorial de Técnico Superior para o exercício de funções na Divisão de Recursos Humanos.